

ANTROPOLOGIA & TRADUÇÃO

Aluna: Julia Messina
Orientador: Valter Sinder

No segundo ano da pesquisa sobre “Antropologia & Tradução”, suprimimos as fronteiras entre a antropologia e a literatura, percebendo como questionamentos presentes nesses diferentes campos podem contribuir para o aprofundamento de temas relacionados aos estudos culturais. No contexto atual, caracterizado pela constante transição de identidades, a tradução entra em destaque como a forma mais hábil de negociação e diálogo entre essas novas culturas, sendo ressaltadas as potencialidades criativas presentes nesses espaços culturalmente híbridos.

Crítica da verdade como conhecimento absoluto.

Por meio da análise efetuada por M. Bakhtin da obra de Dostoiévski, percebemos a complexidade presente na construção de seus personagens, caracterizados por uma autêntica polifonia. Essa é constituída pela pluralidade de vozes presente ao longo da narrativa, que se misturam com a voz do narrador. Em contraposição às monofonias, que apresentam objetivos correlatos à percepção unificada do romancista, Dostoiévski se destaca por desenvolver a consciência do outro enquanto sujeito, e não como mero objeto – sendo esse o princípio da “cosmovisão” do autor. Entendendo que a realidade não é única nem objetiva, consegue atingir maior amplitude e profundidade em seus romances.

Enquanto o romance monológico apresenta apenas uma faceta dos personagens, o dialógico caracteriza-se por uma abordagem plural. Em vez de controlar o destino de seus personagens, o autor inaugura o romance contemporâneo ao criar seres com emoções complexas e angustiantes que agem de acordo com suas próprias vontades. “A multiplicidade de vozes e consciências equípolentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equípolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade” [1].

A crítica ao entendimento de verdade como conhecimento absoluto também é elaborada por M.J. Spink e R.M. Frezza, que interpretam a produção de sentidos a partir das práticas discursivas. A linguagem é estudada como prática social, sendo destacado o processo de produção do discurso, e as práticas discursivas são definidas como “linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” [2].

Com a virada metodológica dos anos 60, a psicologia social saiu do laboratório para acatar a visão do outro, havendo uma revalorização do estudo dos processos sociais. A partir de 1970, surgiram reflexões críticas que questionavam a naturalização do fenômeno psicológico, lembrando que conceitos e teorias são produtos culturais socialmente construídos e legitimados.

O construcionismo foi o eixo teórico escolhido para estudar a própria noção de indivíduo como construção cultural. Inserido na perspectiva da sociologia do conhecimento, essa abordagem permitiu variadas reflexões sobre a produção de conhecimento do senso comum – identificado por P. Berger e T. Luckmann como o “tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” [3].

Construção social da realidade.

Para melhor entender como acontece a construção social da realidade, Berger e Luckmann aplicam a sociologia do conhecimento ao nível da consciência subjetiva. Os autores conferem sentido à leitura teórica do mundo por meio da inserção numa estrutura de análise mais geral do conhecimento, uma vez que formulações abstratas não esgotam o que é real para os membros de uma sociedade.

Também é enfatizado o interesse sociológico na chamada “relatividade social” – definida como a variação da realidade de acordo com os diferentes contextos sociais. Esse processo evidencia a multiplicidade empírica do conhecimento social nos humanos e as formas pelas quais os corpos de conhecimento conseguem ser socialmente estabelecidos como realidades – bem como a extensão em que o pensamento reflete os fatores determinantes propostos, ou se é independente a eles. Os autores concluem que não há pensamento humano que seja imune às influências ideologizantes do seu contexto social, sendo esse o principal motivo para o enfoque do conhecimento produzido pelo senso comum ao invés de “idéias em geral” [3].

Autoridade etnográfica.

A partir de então, as disciplinas passam por uma tendência auto-reflexiva, temporalmente situada nas últimas décadas do século XX. Questionamentos sobre as categorias de etnografia e representação entram em destaque na antropologia, sendo problematizado o conceito de “autoridade etnográfica”. Apesar de produzir interpretações culturais por meio de intensas experiências de pesquisa, “a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual”[4].

Além disso, o processo de escrita etnográfica é complicado pela intervenção de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que se situam fora da esfera de ação do escritor – sendo a autoridade etnográfica estabelecida como estratégia para centralizar a verdade que aparece no texto. J. Clifford contextualiza a autoridade desde o momento em que é desenvolvida, concomitantemente, uma ciência da observação participante no século XX – quando a interpretação dependia da vivência no trabalho do campo.

O reconhecimento do potencial criativo presente no trabalho etnográfico implica na mudança dos paradigmas de experiência e interpretação, que defendem, respectivamente, as idéias de que a autoridade está atrelada ao trabalho de campo do etnógrafo e de que “a etnografia é a interpretação das culturas”, para os de diálogo e polifonia. Esses últimos consideram a escrita etnográfica como uma tradução cultural baseada num diálogo em que “os interlocutores negociam ativamente uma visão compartilhada de sociedade”. Com isso, há o deslocamento da autoridade etnográfica, sendo incluídos elementos circunstanciais e intersubjetivos.

A principal característica dessa transição é o reconhecimento de que a etnografia é composta por discursos que se relacionam com elevada complexidade discursiva e com negociações em andamento – sendo destacado o papel do mediador nesse processo. A abordagem polifônica é importante por evidenciar a presença de “todos não-homogêneos”, de forma que o discurso controlador é substituído pela pluralidade de vozes – sendo reconhecido que não existe “nenhum mundo cultural ou linguagem integrados” [4].

Análise crítica da tradução cultural.

Já que o entendimento cultural se baseia na premissa de que a tradução é possível, todos os aspectos dessa deveriam ser levados em consideração, especialmente durante os processos de trabalho de campo e de produção do texto etnográfico. É necessário perceber a realidade que falta e que é distorcida durante a apreciação, a descrição e o entendimento de

uma outra cultura – como afirmou Clifford, é importante lembrar-se do conceito de *traduttore traditore*, de que o tradutor é um traidor. Assim sendo, a leitura crítica da tradução demonstra que, como “rewriting is manipulation”, as traduções sempre estão imersas em questões de identidade e poder [5].

Preocupação dos antropólogos em relação à tradução é, em vários aspectos, semelhante àquela dos tradutores – apresentando, contudo, importantes especificidades. Três momentos são importantes: tradução feita no trabalho de campo, análise das informações obtidas (para entender os significados e comportamentos) e a escrita do texto etnográfico. A gravação do material na linguagem nativa é essencial – pode ser chamada de tradução em primeira instância. Para se aproximar o máximo possível das palavras e idéias originais, contextualizar é um ponto central. De qualquer forma, como já foi discutido anteriormente, a natureza construída do texto etnográfico e as várias mensagens que estes textos carregam em si não podem ser esquecidas durante o processo de tradução cultural.

Assim, reescrever é manipular. Hierarquia, hegemonia e dominância cultural se refletem nas traduções. Dentre os aspectos a serem problematizados, é importante ressaltar as relações entre entendimento cultural de um grupo e nível de construção analítica produzida. O desenvolvimento de conceitos analíticos na antropologia baseou-se na premissa de que as similaridades entre as culturas são mais relevantes do que as generalizações formadas sobre uma determinada cultura. Isso é revisto atualmente, já que os níveis analíticos são percebidos como incapazes de transmitir os significados contidos em uma cultura em particular. Além disso, a tradução de significados (locais e particulares) em conceitos analíticos (universais), que permitam a comparação entre as culturas, não possui nenhum equivalente na tradução literária.

Os conceitos analíticos, quando entendidos como leituras hegemônicas que se impõem aos outros do terceiro mundo, são questionados por comprometerem a especificidade de seus conceitos culturais, bem como a sua capacidade de compreender novas realidades culturais. Os valores culturais da língua de origem podem ser diferentes daqueles da língua alvo, e essa diferença precisa ser levada em consideração em qualquer tipo de tradução. A questão central é: como lidar com a diferença, fazendo com que a diferença seja compreendida?

Para responder a essa pergunta, o primeiro ponto relevante é reconhecer que não existe “tradução perfeita”, capaz de captar todos os significados e nuances do contexto original. Mesmo a comunicação intra-lingual carrega suas imperfeições, sendo possível que a intenção do locutor não seja entendida. Dessa forma, traduções são estabelecidas enquanto negociações entre a experiência local e a língua alvo – sendo aconselhável que sejam construídas pontes capazes de conduzir o que foi percebido originalmente para o público alvo.

Assim sendo, o antropólogo age como mediador entre a sociedade local e o mundo. A tradução não apenas atravessa hiatos culturais, mas também pode violá-los, criando novas fronteiras. A escrita não pode ser despida de seus aspectos constitutivos, precisa ser entendida como mais do que a mera reprodução de realidades exteriores – especialmente no caso de textos etnográficos e literários.

Tradução no contexto multicultural.

Sobre a vertente literária, D. Versiani elabora uma interessante discussão acerca da construção de selves em autobiografias e memórias por meio da revisão do conceito de autoetnografia e de sua apropriação pela antropologia – diluindo as fronteiras entre essa disciplina e a literatura para tecer uma leitura crítica de Antonio Candido e Silviano Santiago [6].

A autora destaca a articulação entre estudos de literatura, cultura e antropologia, analisando, por meio da interdisciplinaridade, o conceito de autoetnografia – definido como a desconstrução do mito da integridade do self, que é afrontado “pela cacofonia de múltiplas

vozes sem síntese” [6]. Com essa mudança de referencial, o outro deixa de ser descrito como objeto, sendo estabelecido um diálogo interminável e tenso entre as subjetividades distintas.

Essa noção alternativa de sujeito e da relação entre sujeito e autor passa a ser inserida no contexto multicultural, de forma que a própria noção de alteridade é interpretada por uma perspectiva mais abrangente, em contraposição ao “outro” como uma categoria homogênea. A pluralização do “outro” é conseqüência do questionamento de categorias estanques como o de identidade, sendo ressaltada a construção dessas por meio de processos contínuos de constituição de subjetividades.

A problematização de categorias estanques é um dos aspectos da mudança de identidade cultural acontecida na pós-modernidade. Num contexto caracterizado pela emergência de “identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição”, a tradução ganha relevo por permitir o diálogo e a difícil negociação entre as novas culturas, caracterizadas por seu hibridismo e transitividade [7].

Identidades que antes eram consideradas herméticas e constantes passam a ser interpretadas pela lente pós-moderna como polifônicas e instáveis. Dentre elas, a própria identidade nacional é problematizada, sendo reconhecido o seu forte caráter representacional, de forma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” [7].

Diante desse cenário de mudança de referenciais, H. Bhabha ressalta a necessidade de conferirmos um outro olhar para as diferenças culturais. Ao invés de perceber como negativa essa pluralidade, o autor destaca as potencialidades criativas presentes nesses espaços culturalmente híbridos, ressaltando a necessidade de “passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” [8].

Assim, a interpretação da diferença como potencialidade ao invés de barreira pode ser feita por meio da mudança de referencial: ao invés de perceber o “outro” com um olhar de indiferença ou exclusão, é necessário reconhecer o caráter relacional contido na formulação de identidades – o que é possível devido à desconstrução das formas anteriormente lidas como homogêneas de identidade.

Referências

- 1 BAKHTIN, Mikhail. O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária. In: **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- 2 SPINK, Mary Jane e Frezza, R.M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo, Cortez, 2004, p. 45.
- 3 BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade – tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 30.
- 4 CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 21.
- 5 RUBEL, Paula; ROSMAN, Abraham. **Translating cultures – perspectives on translation and anthropology**. Oxford: Berg, 2003, p. 06.

- 6 VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografias – conceitos alternativos em construção**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.
- 7 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 88.
- 8 BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. UFMG, Belo Horizonte, 1998, pp. 19 -20.